



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

LEI MUNICIPAL 2.861, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021

DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA.

O POVO DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA, ESTADO DE MINAS GERAIS, por seus representantes na Câmara Municipal APROVOU e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, SANCIONO a seguinte lei:

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais pela administração pública direta e indireta do Município de Nova Lima.

Art. 2º. Para os fins desta lei, consideram-se as definições previstas no art. 5º da Lei Federal nº 13.709/2018.

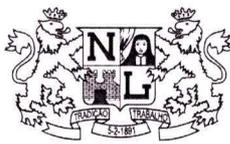
Art. 3º. Esta lei não abrange o tratamento de dados pessoais realizado pelo Município de Nova Lima nas hipóteses previstas no art. 4º da Lei Federal nº 13.709/2018.

Art. 4º. O tratamento de dados pessoais pelo Município de Nova Lima observará, no que couber, o disposto nas normas federais que regem o assunto, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018; o art. 31, *caput* e parágrafos, da Lei Federal nº 12.527/2011; e a Lei Federal nº 12.965/2014.

DOS PRESSUPOSTOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Art. 5º. O tratamento de dados pessoais pelo Município de Nova Lima deverá observar a finalidade pública, perseguir interesse público e, quando couber, executar competências ou atribuições legais do serviço público.

Art. 6º. Toda atividade de tratamento de dados pessoais realizada pelos órgãos que compõem a administração pública direta ou pelas pessoas jurídicas que compõem a administração pública indireta do Município de Nova Lima deverá:



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

- I.** Atender aos princípios previstos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018;
- II.** Estar fundamentada em alguma das bases legais previstas no art. 7º, no art. 11 ou no art. 14 da Lei Federal nº 13.709/2018, de acordo com a natureza dos dados envolvidos no tratamento; e
- III.** Favorecer os direitos dos titulares de dados pessoais.

DA TRANSPARÊNCIA

Art. 7º. A administração pública direta e a administração pública indireta municipais deverão, de forma clara, adequada e ostensiva, informar os titulares sobre as hipóteses em que, no exercício de suas competências, realizam o tratamento de dados pessoais, fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente em seus sítios eletrônicos.

§1º O Poder Executivo regulamentará, no âmbito da administração pública direta e indireta, por quais meios serão disponibilizadas as informações ao cidadão, de acordo com cada serviço público prestado e com cada órgão existente.

§2º O disposto neste artigo se aplica aos casos em que houver uso compartilhado de dados pelo Poder Público, incluindo eventuais situações de compartilhamento entre órgãos da administração pública direta e pessoas jurídicas da administração pública indireta.

DOS AGENTES DE TRATAMENTO

Art. 8º. O Município de Nova Lima atua, no exercício direto de suas competências, como controlador ou como operador.

§1º As atribuições do Município enquanto controlador ou enquanto operador são exercidas pelos órgãos públicos que compõem a administração pública direta, mas quem responde pelas obrigações decorrentes da Lei Federal nº 13.709/2018 é o Município de Nova Lima.



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

§2º As pessoas jurídicas que compõem a administração pública indireta atuam como controladoras ou como operadoras, respondendo, cada uma por si próprias, diretamente, pelas obrigações decorrentes da Lei Federal nº 13.709/2018.

Art. 9º. A pessoa natural que age em nome da pessoa jurídica de direito público ou de direito privado integrantes da administração pública direta ou indireta não será considerada controladora nem operadora.

Art. 10. O Município de Nova Lima, no âmbito da administração pública direta, deverá identificar as situações nas quais figure como controlador ou como operador de dados pessoais.

DO ENCARREGADO

Art. 11. A administração pública direta e as pessoas jurídicas que compõem a administração pública indireta deverão nomear encarregados, na forma dos arts. 23, III e 41 da Lei Federal nº 13.709/2018.

§1º Cada pessoa jurídica integrante da administração pública indireta deve nomear um encarregado.

§2º A nomeação de encarregados pela administração pública direta será regulamentada pelo Poder Executivo.

§3º O encarregado poderá ser servidor integrante do quadro de pessoal da administração ou poderá ser pessoa física ou jurídica contratada para esta finalidade, devendo ser resguardada, em qualquer caso, sua liberdade na realização de suas atribuições.

§4º Caberá ao encarregado, dentre outras atribuições eventualmente definidas pelo controlador:

- I.** Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- II.** Receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências;



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

- III.** Orientar funcionários, servidores e contratados a respeito de boas práticas relacionadas à proteção de dados pessoais;
- IV.** Avaliar os mecanismos de tratamento e proteção de dados existentes e propor políticas, estratégias e metas para a conformidade do controlador às disposições da Lei Federal nº 13.709/2018;
- V.** Supervisionar a execução dos planos, dos projetos e das ações aprovados para viabilizar a implantação das diretrizes previstas na Lei Federal nº 13.709/2018;
- VI.** Prestar orientações sobre o tratamento e a proteção de dados pessoais de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas normas infralegais municipais;
- VII.** Promover o intercâmbio de informações sobre a proteção de dados pessoais com outros órgãos.
- VIII.** Executar as demais atribuições estabelecidas em normas complementares.

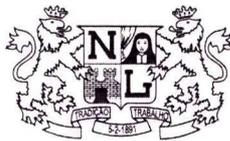
§5º O encarregado deve ter conhecimentos em proteção de dados pessoais e em segurança da informação que sejam compatíveis com as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas pelo órgão ou pessoa jurídica que o nomear.

§6º O encarregado poderá ser apoiado por equipe de proteção de dados.

§7º As responsabilidades pelas atividades de tratamento realizadas pelo controlador ou pelo operador não poderão ser imputadas ao encarregado.

Art. 12. O encarregado notificará à Autoridade Nacional de Proteção de Dados a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

DO EXERCÍCIO DE DIREITOS PELO TITULAR



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

Art. 13. A administração pública direta e as pessoas jurídicas que compõem a administração pública indireta deverão manter estruturas adequadas para receber requerimentos de titulares.

Art. 14. No atendimento a requerimentos feitos por titulares de dados pessoais para fins de exercício de seus direitos, a administração pública direta e as pessoas jurídicas que compõem a administração pública indireta deverão adotar medidas aptas a aferir a identidade do solicitante sempre que necessário para resguardar os direitos de terceiros, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018, e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 15. A administração pública direta e as pessoas jurídicas que compõem a administração pública indireta poderão implementar mecanismos automatizados de gerenciamento e resposta a requerimentos.

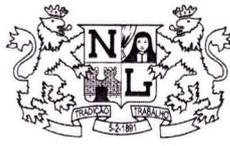
Art. 16. Além da Lei Federal nº 13.709/2018 e de outras normas eventualmente aplicáveis à matéria, a apreciação e a resposta a requerimentos de confirmação e de acesso a dados pessoais deverão observar as disposições do art. 31 da Lei Federal nº 12.527/2011.

DA INTERFACE COM A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 17. A administração pública direta e as pessoas jurídicas que compõem a administração pública indireta deverão manter estruturas adequadas para receber e enviar solicitações, comunicações e notificações à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Art. 18. A administração pública direta e as pessoas jurídicas que compõem a administração pública indireta deverão comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e aos titulares dos dados pessoais a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, na forma do art. 48 da Lei Federal nº 13.709/2018.

§1º A comunicação a que se refere o *caput* deste artigo será realizada pelo controlador no prazo definido pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

§2º Na ausência da regulamentação a que se refere o §1º deste artigo, a comunicação deverá ser realizada pelo controlador no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do momento do conhecimento do incidente pelo controlador.

§3º A comunicação aos titulares dos dados a que se refere este artigo será realizada conforme regulamentado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

§4º Na ausência da regulamentação a que se refere o §3º deste artigo, a comunicação será realizada diretamente aos titulares afetados e, na impossibilidade, por meio de publicação nos canais oficiais de comunicação do controlador.

DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS

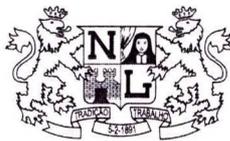
Art. 19. O Município obedecerá aos padrões técnicos mínimos estabelecidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados para proteção dos dados pessoais sob seu controle com o intuito de impedir acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado dos dados.

§1º Com a finalidade de se adequar a este artigo bem como aos artigos 46 e 49 da Lei Federal nº 13.709/2018, o Poder Executivo regulamentará a adequação dos sistemas utilizados pelo Município aos padrões estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados e por esta Lei.

§2º O disposto no parágrafo anterior se aplica tanto ao tratamento de dados pessoais realizado por meio físico quanto por meios digitais.

§3º Enquanto pendente a regulamentação de que trata o *caput*, o Município adotará normas e/ou boas práticas de segurança que levarão em consideração, em relação ao tratamento e aos dados, a natureza, o escopo, a finalidade e a probabilidade e a gravidade dos riscos e dos benefícios decorrentes de tratamento de dados do titular.

§4º O Município de Nova Lima implementará um programa de gestão de riscos de segurança cibernética que inclua um plano de resposta a



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

incidentes de segurança da informação que possam impactar a proteção de dados pessoais.

DOS DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Art. 20. Os órgãos da administração pública direta e as pessoas jurídicas da administração indireta que tratem dados pessoais de crianças e adolescentes, em especial, as instituições de ensino municipais, tais como, creches, escolas, colégios, e outras equiparadas, deverão garantir a adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas, condizentes com a maior proteção a que devem ser submetidos esses dados pessoais.

Art. 21. O tratamento de dados a que se refere o art. 20 deverá ser realizado no melhor interesse das crianças e dos adolescentes, observando-se a necessidade de consentimento específico por pelo menos um dos pais ou responsável legal para os casos definidos em lei.

DOS DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Art. 22. Os órgãos da administração pública direta e as pessoas jurídicas da administração indireta que tratem dados sensíveis deverão garantir a adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas, condizentes com a maior proteção a que devem ser submetidos esses dados pessoais.

Art. 23. Considera-se, para fins desta lei, que não existe hierarquia entre a base legal prevista no inciso I do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 e as previstas no inciso II do mesmo artigo para a definição da base legal aplicável ao tratamento de dados pessoais sensíveis.

DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, CONVÊNIOS, PARCERIAS E SUBVENÇÕES SOCIAIS

Art. 24. Nas contratações públicas, convênios, parcerias e subvenções sociais destinadas a pessoas de direito privado nas quais haja a comunicação ou uso de dados pessoais, deverá ser exigido do terceiro que demonstre possuir procedimentos e estrutura adequados para garantir a proteção dos dados pessoais.



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

§1º Na forma do art. 27 da Lei Federal nº 13.709/2018, o Município deverá informar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados sobre a existência de contratos e convênios que impliquem transferência de dados pessoais entre o Poder Público e entidades privadas.

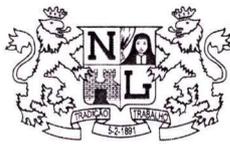
§2º Os critérios para definir a adequação de que trata o *caput* deste artigo serão regulamentados pelo Poder Executivo.

DAS BOAS PRÁTICAS E DA GOVERNANÇA

Art. 25. O Município de Nova Lima implementará um Programa de Governança em Privacidade que contemple o disposto no art. 50, §2º, I, da Lei Federal nº 13.709/2018, nesta lei e em eventuais normas expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Art. 26. A elaboração e a implementação do Programa de Governança em Privacidade do Município, dentre outras, incluirão as seguintes atividades:

- I.** O mapeamento dos processos e fluxos internos da administração pública direta e indireta que envolvam o tratamento de dados pessoais;
- II.** A identificação dos riscos associados a cada um dos processos ou fluxos mapeados;
- III.** A adoção de medidas aptas a eliminar ou a mitigar os riscos encontrados;
- IV.** A elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, sempre que necessário;
- V.** A elaboração de normas e de procedimentos municipais sobre proteção de dados pessoais; e
- VI.** A realização de ações de capacitação e treinamento dos servidores públicos municipais sobre a Lei Federal nº 13.709/2018, por meio de seminários, cursos, palestras, ou outros meios, conforme definido pelo Poder Executivo.



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

Art. 27. As fases, meios e prazos de implementação do Programa de Governança em Privacidade serão definidos pelo Poder Executivo.

DO TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS

Art. 29. Nas hipóteses em que a finalidade que motivou o tratamento de dados pessoais pelo Município de Nova Lima for exaurida, esses dados deverão ser eliminados ou anonimizados.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Nova Lima, 16 de setembro de 2021.


JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL